

# Sonho de montenegrinos se torna realidade com regularização fundiária



A tarde de quinta-feira, 23, foi especial para montenegrinos que residem em três ruas no Bairro Aeroclube. Dez famílias

receberam das mãos da prefeitura a escritura de suas casas. O documento entregue marcou o início do programa de regula-

rização fundiária em Montenegro. As casas ficam em áreas do município que foram desmembradas, permitindo a regularização.

## Redação

Ainda no mesmo bairro, porém na Travessa Antônio Inácio de Oliveira Filho, a secretaria municipal de Habitação e Desenvolvimento Social fez a assinatura de cooperação entre a Prefeitura e a Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina (ADEHASC). Com esta parceria o município vai poder regularizar 37 loteamentos em Montenegro. Cada família vai ter

a sua escritura com um custo calculado em R\$ 1.850,00, parcelados em até 20 vezes.

De acordo com o Presidente da Câmara de Vereadores Juarez Vieira da Silva (PTB), que participou do ato, o projeto de regularização fundiária começa a dar mais esperança para moradores de loteamentos que ainda não estavam regularizados na prefeitura. “Estava trabalhando para que

isso acontecesse desde a legislatura passada, mas ainda não tínhamos tido apoio da administração para executar essa regularização fundiária. Este é o nosso maior interesse, regularizar estas áreas. Ao presenciar a entrega das escrituras pude ver as pessoas emocionadas em poder ter o documento. Luta de mais de 20 anos. Isso me deixou muito feliz”, frisou o presidente. (Foto: Acom)

**Zanatta entregou escritura**

## Vereadores aprovam projeto de lei sobre Regime de Previdência Complementar

Os vereadores também aprovaram a implantação da previdência complementar direcionada para os funcionários municipais. A Emenda Constitucional nº 103/2019 delegou aos municípios a obrigatoriedade desta implantação aos futuros servidores públicos. Ou seja, a matéria aprovada não atinge quem já está na atividade pública. Mas impacta quem vai entrar em um novo concurso público.

De acordo com as orientações feitas pela Secretaria de Previdência no Guia da Previdência Complementar para os Entes Federados, foi constituído o Grupo de Trabalho, através da Por-

taria nº 8.602/2021 de 10 de agosto de 2021. Estas pessoas vão auxiliar o poder executivo na elaboração das normativas necessárias para a implantação da previdência complementar.

Neste primeiro momento, o executivo montenegrino solicitou à Câmara a edição de uma lei municipal para a implantação, e na sequência, fará a escolha da entidade fechada de previdência complementar, para futura assinatura do Convênio de Adesão, nas normas editadas pela PREVIC — que é o órgão que fiscaliza e supervisiona as entidades de previdência complementar. (Foto: Divulgação)



**Servidores terão previdência complementar**

## DetranRS divulga dados inéditos sobre trânsito

Foi divulgado um levantamento inédito do DetranRS, incluindo pela primeira vez os acidentes de trânsito com lesão corporal e com danos materiais, além dos acidentes fatais, que já eram analisados pela autarquia. A base de dados é o Sistema Consultas Integradas, da Secretaria da Segurança Pública (SSP).

Os diagnósticos do De-

tranRS visam subsidiar as prefeituras para atuar com mais precisão nos problemas específicos de cada localidade. Em um primeiro momento, foram realizados estudos dos 34 municípios que integram o Gabinete de Gestão Integrada da Região Metropolitana de Porto Alegre — GGIM POA —, dentro do programa RS Seguro, do Governo do Estado, e

outros 16 com alto índice de acidentalidade, totalizando os 50+. Essa amostra representa 63% da frota registrada no Estado e concentra 51,8% dos acidentes fatais entre 2010 e 2019. Porto Alegre, embora entre nos 50+, não teve os dados analisados, pois já conta com um diagnóstico qualificado realizado pela EPTC e pela equipe do Programa Vida no

Trânsito.

Foram analisados todos os 8.708 acidentes fatais no período de 2010 a 2019, além de um total de 62.648 acidentes com lesão e 134.317 ocorrências com danos materiais dos últimos três anos. Os diagnósticos individualizados dos 50 municípios foram encaminhados às secretarias de Trânsito das prefeituras, oferecendo

assessoria para a avaliação dos dados e desenvolvimento de intervenções de engenharia, educação ou fiscalização.

Os municípios podem também solicitar ao DetranRS e à Secretaria Estadual de Saúde a inclusão no Programa Vida no Trânsito, iniciativa brasileira voltada para a vigilância e prevenção de lesões e mortes no trânsito e promoção

da saúde, em resposta aos desafios da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Década de Ações pela Segurança no Trânsito. O programa, que analisa minuciosamente a acidentalidade nas localidades e propõe soluções específicas, trouxe ótimos resultados em Porto Alegre e deve ser estendido para outros municípios do Estado.